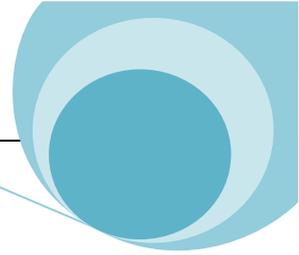




Cenário do Setor - 2016

Avaliação do setor de borracha do Rio
Grande do Sul

São Leopoldo, outubro de 2016



1. Sumário Executivo

2. A economia brasileira em 2016

- ***O setor de borracha no contexto nacional***

3. O Rio Grande do Sul em 2016

- ***O setor de borracha no Rio Grande do Sul***



SUMÁRIO EXECUTIVO

O cenário macroeconômico do Brasil no primeiro semestre de 2016 foi extremamente recessivo, com quedas recordes em diversos setores da economia, com destaque para a produção industrial e que produziu impactos significativos sobre o mercado de trabalho. Esse resultado é fruto de elementos construídos no passado recente, como a **equivocada política heterodoxa** de intervenção na economia, intitulada "nova matriz econômica" e que serviu apenas para promover distorções na alocação de recursos da economia e deteriorar as condições sociais.

Além disso, como parte dessa política econômica, ficou a herança fiscal extremamente negativa, com o Estado perdendo completamente a capacidade de atuar de forma anti-cíclica. O descontrole com o gasto público foi tão significativo que chegou a todas as esferas, não se restringindo apenas ao Governo Federal. Diversos governos de Estados e a maior parte dos Municípios enfrentam dificuldades para equilibrar suas contas. Esse é um cenário que não será corrigido no curto prazo e irá exigir muito esforço de gestão macroeconômica.

De qualquer forma, o fraco desempenho da economia durante esse semestre parece dar mostras de esgotamento. De um lado há a retomada da confiança com o impeachment, movimento esse já captado com a melhora dos índices relacionados a **expectativas de consumidores**, comércio e indústria e, de outro, há o movimento de arrefecimento da inflação. Esse último foi muito importante para que o Banco Central iniciasse uma mudança da política monetária desenhando um novo ciclo de queda de juros que deve se estender, lentamente, durante o ano de 2017.

O elemento mais perverso dessa crise será o mercado de trabalho, que deve demorar a mostrar retomada. Isso se deve não apenas ao fato de que a intensidade da crise atual, uma das piores já presenciadas pelo Brasil, deve ter



recuperação lenta, mas, também, pela estrutura legal do Sistema que envolve contratações e demissões. O mercado de trabalho no Brasil é muito rígido, o que dificulta a promoção do ajuste cíclico. Nesse sentido, a taxa de desemprego deve continuar elevada durante o ano de 2016 e início de 2017, onde deve começar uma lenta trajetória de queda.

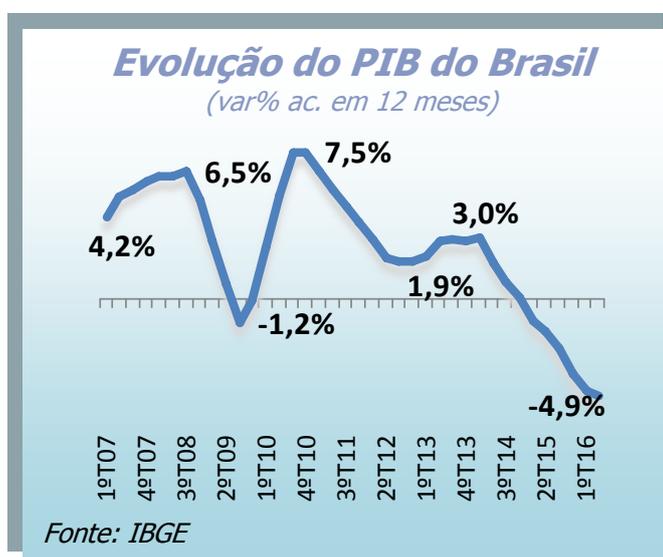
Não havia como imaginar a economia do Rio Grande do Sul imune ao cenário negativo desenhado para o Brasil durante a crise atual. A diferença entre o desempenho regional e nacional se deve ao fato de que, no caso do Estado gaúcho, a agropecuária conseguiu amenizar os efeitos negativos da crise, a despeito do **fraco desempenho do setor externo** e da produção da indústria e vendas do comércio. Por outro lado, se a perspectiva é de recuperação da economia nacional ainda no último trimestre de 2016, no caso do estado gaúcho essa será mais lenta, podendo se estender. Isso porque há restrições importantes como o desequilíbrio fiscal, a perda de competitividade das exportações e da indústria local com os elevados custos tributários e trabalhistas, além do que, na sua composição, a crise penalizou um segmento importante da economia, a indústria metal-mecânica, que tem fortes ligações na cadeia produtiva local.

O setor de borracha nacional e regional seguiu esse cenário macroeconômico negativo e a queda de demanda da indústria de veículos e da construção civil. Sua retomada depende, em grande medida, de como irá se comportar a demanda por veículos e máquinas e equipamentos nos próximos meses. Mas é natural esperar **números negativos** para 2016 e durante o primeiro trimestre de 2017.

A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2016

Apesar de esta ser uma das piores crises econômicas que o Brasil já atravessou, os indicadores mais recentes sinalizam que o ciclo recessivo está chegando ao seu fim. Foram vários meses de **queda na atividade produtiva** e que se alastrou para diversos segmentos da economia. Porém, nem todos os segmentos apresentaram retração nos respectivos índices ao mesmo tempo, tal como é normal em **crises cíclicas**, mas o fato é que a duração e a intensidade dessa recessão é típica de usar o termo "nunca na história desse país".

A pergunta natural que surge nesse momento é: "como chegamos a esse ponto"? Há aqui uma combinação de fatores que ajudam a explicar a eclosão do cenário recessivo dos



últimos meses. Do ponto de vista da política fiscal, a crise de 2008 pode ser considerada o início do processo de descontrole dos gastos públicos. Naquele momento, quando a atividade produtiva nos países desenvolvidos experimentavam os efeitos negativos da **bolha imobiliária**, o que se viu foi uma ação conjunta dentre diversos Bancos Centrais e Governos em uma combinação de estímulos monetários e fiscais para reativar a economia. Isso era de se esperar nos países que foram mais atingidos pela queda da demanda agregada. Mas o Brasil não estava nesse grupo, que tinha no seu epicentro uma enorme crise de liquidez causada pela falência de diversas instituições financeiras. Nesse sentido, não cabia aos gestores nacionais fazerem a mesma política que os países mais atingidos fizeram. Na verdade, produzimos estímulos monetários com redução de juros e ações pontuais por parte do Banco Central

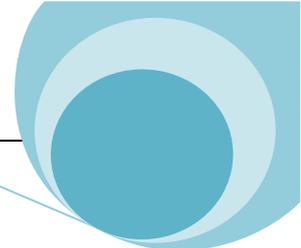


para garantir a liquidez no sistema financeiro. Porém, o que era para ser um evento pontual com estímulos fiscais, acabou se traduzindo em estímulos permanentes. Pode-se dizer que o Governo passou a gostar de gastar mais com os estímulos ao consumo e experimentou a crise como um grande álibi para **reduzir o superávit fiscal** a cada período.

A continuidade dessa política fiscal durante os anos seguintes foi mais que intensificada e ainda complementada com diversas ações microeconômicas de intervenção estatal que geraram **diversos desequilíbrios macroeconômicos** nos meses seguintes. Podemos aqui citar algumas ações que estiveram sob o guarda-chuva do que se denominou de "nova matriz econômica"¹. A regulação artificial de preços de combustíveis e de energia; manutenção de política de redução de impostos em determinados setores gerando distorções na cadeia produtiva e dificuldades no planejamento da produção; expansão do crédito público subsidiado via BNDES e demais bancos públicos; aumento dos gastos públicos com pagamento de pessoal e em diversos programas sociais, como por exemplo, o FIES e o Pronatec que apenas contribuíram para deixar as empresas do setor dependentes de recursos públicos; aumento real de gastos com assistência social usando a previdência social²; reajustes reais elevados no salário mínimo que contribuiu para aumentar de forma acelerada o déficit da previdência social; relaxamento nos controles de setores monitorados pelas agências reguladoras; desvalorização artificial da taxa de câmbio; descontrole da política monetária com o sistema de metas de inflação no que pode ser entendido como juros reais abaixo do equilíbrio e por longo período; ausência de reformas estruturais importantes para gerar competitividade na economia no longo prazo; uso das empresas estatais e de fundos de pensão estatais para alimentar investimentos sem

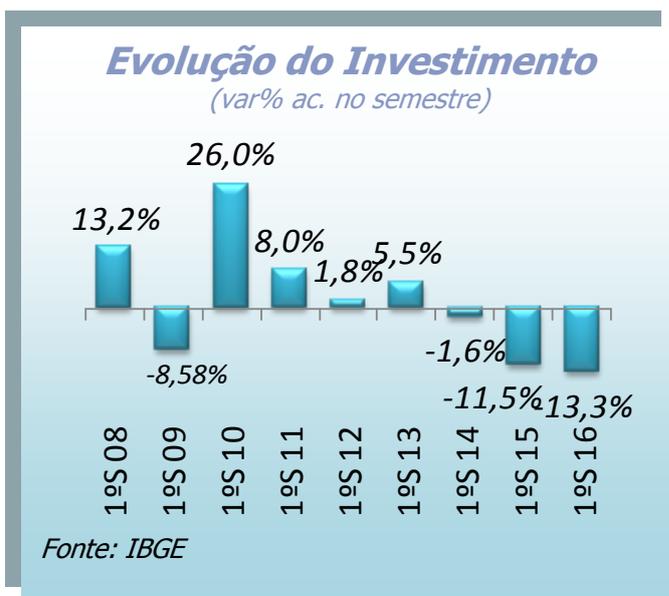
¹ Esse termo foi utilizado ainda no primeiro mandato da Presidente Dilma e continha diversos elementos das propostas heterodoxas para gestão macroeconômica.

² Investigação recente por parte do Ministério da Previdência revelou grande percentual de fraudes na concessão de benefícios por auxílio saúde.



rentabilidade; nenhum avanço em acordos comerciais; diversos desvios de recursos via corrupção.

Esse conjunto de ações denominadas de "**nova matriz econômica**" se mostrou no mais fracassado projeto de gestão já presenciado em um país na história mundial contemporânea. Os sinais de esgotamento desse modelo já se faziam presente em meados de 2014, ainda durante a realização dos chamados mega eventos esportivos que o país sediou. Na oportunidade diversos indicadores antecedentes já sinalizavam que a economia estava em ritmo de desaceleração da produção e do consumo, com aumento da inadimplência e do risco de crédito. Terminadas as eleições presidenciais, rapidamente o Banco Central mudou sua postura como defensor da estabilidade de preços, e

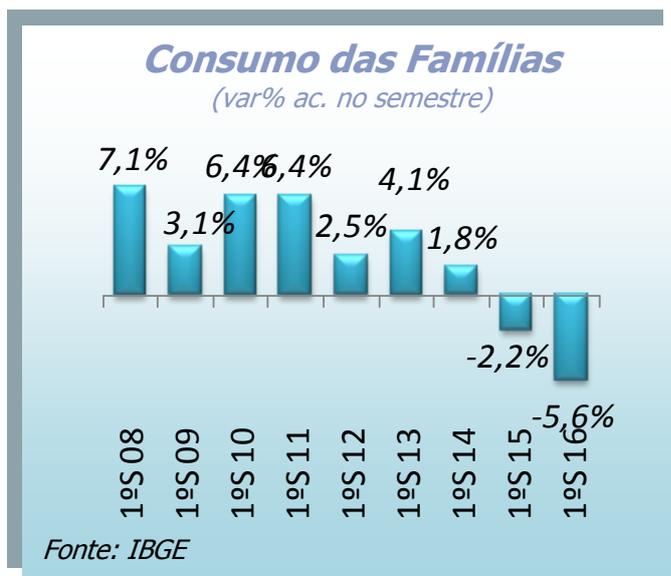


promoveu o primeiro aumento dos juros em vários anos. Porém a política monetária, que ficou artificialmente adormecida por alguns anos, iniciava o controle de preços de forma tardia e tímida. Os desequilíbrios já estavam presentes e o descontrole de preços se mostrou permissivo em um ambiente onde o próprio

Banco Central havia perdido credibilidade com a analistas e investidores. Junto com ele veio piora na confiança no Governo que resultou em **perda do grau de investimento** por parte das agências internacionais de classificação de risco, realimentando o processo recessivo em curso.

Além dos problemas econômicos que passaram a se avolumar, vários meses se seguiram entre 2015 e agosto de 2016 com o processo de desgaste político do Governo com o Congresso e com as manifestações de rua e que

culminaram no impeachment da Presidente da República. Durante mais de 18 meses **o país ficou praticamente parado** do ponto de vista de gestão macroeconômica com nenhuma ação concreta por parte do Governo e isso apenas acrescentou mais problemas a uma economia que já estava combalida.



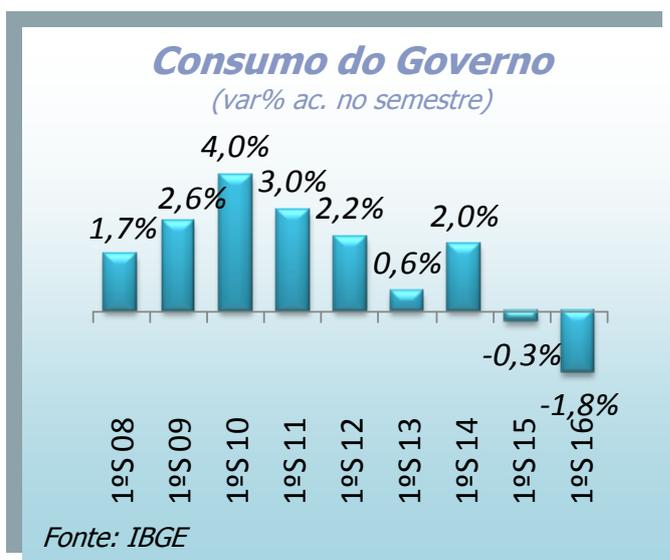
Esse é apenas um resumo do cenário que nos trouxe ao pior momento da história econômica brasileira. A queda acumulada do PIB nos 12 meses terminados em junho de 2016 foi de **-4,9%**. E tudo sinaliza que o ano de 2016 será mais um a contabilizar retração, seguindo o ocorrido em 2015. Atualmente a queda do PIB é generalizada

dentre os setores ou então quando se analisa a economia do ponto de vista do gasto. Ou seja, podemos ver retração no consumo das famílias, no gasto do Governo e nos investimentos. No primeiro semestre desse ano os investimentos se retraíram em 13,3%, o pior resultado já verificado nesse período de comparação. Vale salientar que o investimento é composto tanto por compra de máquinas e equipamentos, como tratores, colheitadeiras e máquinas agrícolas, como implementos rodoviários, caminhões e ônibus e máquinas para empresas quanto por gastos em construção civil. Nesse caso o que se notou foi uma queda generalizada em todos esses itens.

A crise de confiança que atingiu os investimentos também esteve presente dentre os consumidores. A paralisação das fábricas e a queda das vendas resultaram em demissões que alimentaram a retração dos gastos das famílias. Essas ainda assistiram a **perda de renda real** com uma inflação acelerada que reduziu o poder de compra dos consumidores e a renda

agregada caiu com o aumento do desemprego. Assim é que a queda do consumo das famílias, verificada no primeiro semestre de 2016, foi a maior já registrada no Brasil e atingiu fortemente o setor do comércio.

O terceiro componente do PIB, pela ótica da demanda, o consumo do Governo, também teve retração no período aqui analisado. Com a menor atividade econômica, seja do lado dos investimentos, gastos das famílias ou



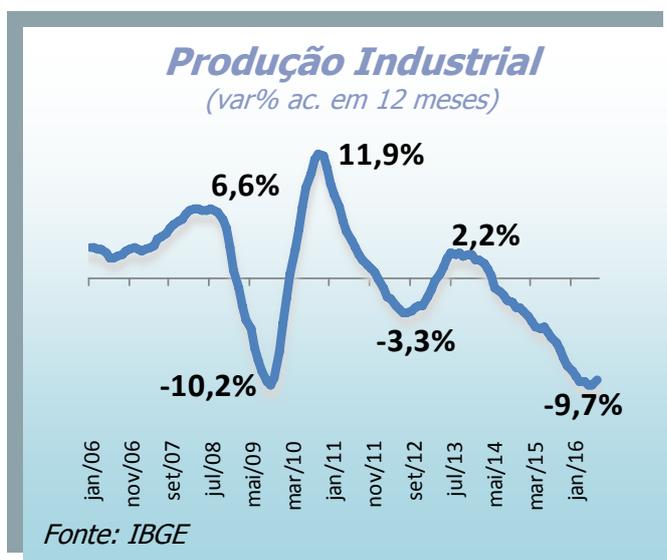
produção, **a arrecadação de impostos teve queda real**, contribuindo para que fosse colocado um freio à expansão dos gastos públicos. Vale destacar que essa realidade esteve presente de forma mais forte no Governo Federal, que passou a exibir sucessivos déficits primários e recordes.

Mas os Estados e os Municípios também começaram a sentir as dificuldades fiscais depois de anos de descaso com a gestão dos recursos públicos. Assim é que chegamos à pior crise já enfrentada pelo estado brasileiro e que se espalhou desde a União e empresas estatais até Estados e Municípios. O resultado mais evidente desse descontrole foi o aumento da dívida pública federal.

A dificuldade em fazer um ajuste pelo lado da receita em um ambiente de elevada carga tributária, tem conduzido os gestores públicos a promover cortes de gastos dos mais diversos. E isso tem se traduzido em uma retração do PIB do Governo na economia. Vale destacar que, por mais que possa parecer recessivo, o fato é que esse movimento é saudável e deve ser conduzido de forma mais intensa nos próximos anos, complementando as ações com **privatizações** de diversas empresas estatais que são ineficientes e

concessões de serviços públicos que podem ser mais bem geridos pela iniciativa privada. O saneamento do setor público é um passo importante para colocar o Brasil novamente no caminho do crescimento.

Em termos setoriais o que mais sentiu a recessão foi a indústria. Com o aumento da incerteza os empresários adiaram investimentos e esse movimento atingiu diretamente a produção de máquinas e equipamentos. Além disso, o encarecimento do crédito e o aumento do desemprego contribuíram para



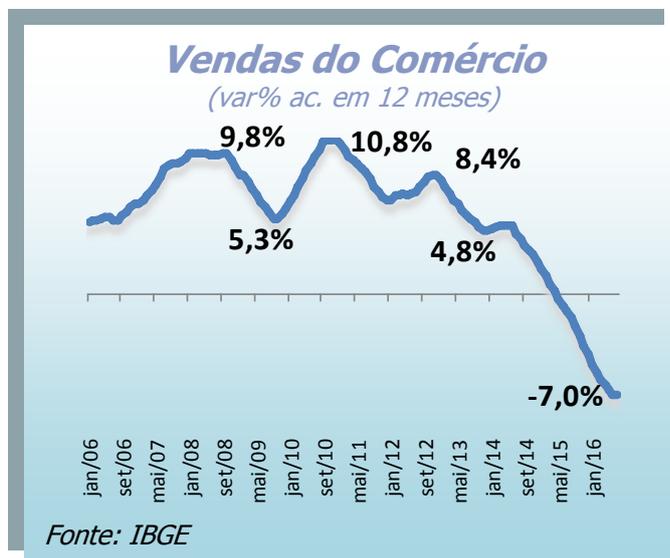
reduzir a compra de bens duráveis, com destaque para a produção de veículos automotores. Outros segmentos que sentiram fortemente a retração da demanda na indústria foram os produtos químicos, a produção de bens intermediários diversos, como o setor de borracha e plástico e a indústria

siderúrgica. Essa última ainda viu, na redução das obras no segmento de construção civil, um componente adicional de crise.

Como pode ser visto no gráfico que mostra a evolução, em 12 meses, da produção industrial, a desaceleração ocorre desde meados de 2010, quando o setor atingiu seu pico de produção. O resultado mais negativo desde então havia sido no início de 2009 quando, em 12 meses, a indústria havia experimentado uma retração de **10,2%**. O número mais negativo de 2016, com 12 meses acumulados até junho, foi de **-10,1%**. Desde então podemos notar uma ligeira recuperação que trouxe a produção para **-9,7%**.

O cenário recessivo do setor logo se alastrou para os demais segmentos da economia, com destaque para as vendas do comércio. Durante os últimos 10 anos o setor experimentou uma explosão de vendas que por várias vezes

atingiu os dois dígitos. Destaque para as vendas de veículos, motos, partes e peças, materiais de construção civil, mobiliário e produtos de informática. Mas



todos os demais subsegmentos do comércio experimentavam expansão das vendas na esteira da melhora da renda e do crescimento do emprego. O fato é que o **modelo de expansão do consumo** começou a esgotar seus efeitos multiplicadores em meados de 2013 e, desde então, os resultados do setor são, a cada mês, pior que os anteriores.

Ao encerrar o primeiro semestre de 2016 as vendas do comércio atingiram o pior patamar da série histórica ao registrar queda de 7% em 12 meses. Na medida em que as condições do mercado de trabalho começar a melhorar, seja com a estabilidade da renda do trabalhador ou com a retomada das contratações, as vendas do comércio devem mostrar ligeira recuperação. O primeiro movimento nesse sentido já aconteceu no início do terceiro trimestre com números menores para a **inflação ao consumidor**. Com ele veio a primeira redução dos juros dos últimos quatro anos. Ainda em outubro o Banco Central promoveu um corte de 0,25 pontos percentuais na meta da taxa selic. Foi um movimento tímido, mas suficiente para sinalizar que essa será a tendência dos próximos meses.

Porém, é natural imaginar que a transposição desses indicadores para um cenário de menor risco de crédito, queda da inadimplência e retomada da confiança dos consumidores leve mais meses para se concretizar. Nesse sentido o Natal de 2016, período no qual as vendas do comércio se mostram mais



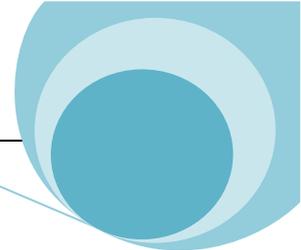
robustas e há várias contratações temporárias, ainda deve ser tímido quando comparado com outros anos.

Em síntese, o ambiente econômico de 2016 pode ser dividido em duas partes. Na primeira parte, caracterizada pelo primeiro semestre, e que ainda pode se estender até o terceiro trimestre, o país estava sob a discussão do processo de impeachment da Presidente da República, e a economia se encontrava com piora sistemática em qualquer indicador que fosse analisado. O destaque negativo foram os dados do mercado de trabalho, que demoraram a se deteriorar. Isso ocorre porque a legislação trabalhista no Brasil torna muito cara a contratação e a demissão, criando rigidez no sistema que apenas prejudica a economia em períodos de recessão e retarda em momentos de retomada. Já a indústria e o comércio vinham em processo de piora há mais tempo e a perda de confiança do primeiro semestre apenas contribuiu para aprofundar a recessão desses segmentos.

A segunda parte pode ser caracterizada por alguns movimentos que ocorreram em diferente momento do tempo. O primeiro deles foi a aprovação, em definitivo, do **impeachment da Presidente**, criando a sensação de melhora com o rompimento de um modelo falido de gestão macroeconômica. O segundo acontecimento veio com a aprovação³, em primeira votação, da PEC 241, uma medida que, se não irá resolver em definitivo os problemas fiscais do país, ao menos serve de alento para controlar o avanço do Governo sobre o recurso dos contribuintes, abrindo espaço para discutir uma reforma tributária que possa reduzir impostos⁴.

³ A PEC 241 fixa o limite anual de despesas do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e os três poderes por um período de 20 anos a contar a partir de 2017. A fórmula prevê que os gastos sejam corrigidos pela inflação acumulada em 12 meses (IPCA).

⁴ Duas críticas de cunho macroeconômico devem ser aqui apontadas. A primeira é que a proposta está focada na questão da indexação, um fato que foi abolido com o início do Plano Real e que é importante para garantir um cenário de inflação mais baixa. O outro é que não sinaliza para uma política fiscal mais restritiva, que pudesse de fato reduzir o tamanho do Governo e, com ele, a mudança estrutural dos juros.



Vale destacar que o empenho do Governo em promover um ajuste fiscal mais sério, não apenas para o período que resta até 2018, mas para o longo prazo, contribuiu para gerar a sensação de retomada da normalidade na economia contaminando positivamente investidores e analistas sobre o desempenho futuro da economia. É claro que apenas esse movimento de **ganho de confiança** não se traduzirá de imediato, em números melhores na produção industrial ou no consumo das famílias, muito menos nos investimentos, mas abre caminho para facilitar a retomada em um ambiente menos hostil como presenciado anteriormente.

Assim é que podemos caracterizar o momento atual, e possivelmente para os próximos meses, como melhor, do ponto de vista de planejamento e confiança, do que o verificado nos primeiros oito meses do ano.

O Setor de Borracha no Contexto Nacional

O comportamento do segmento de borracha seguiu a dinâmica da economia brasileira no primeiro semestre e sentiu de maneira contundente a retração da produção em segmentos importantes da cadeia produtiva, em especial relacionados ao complexo metal-mecânico.

No caso da produção de pneumáticos assistimos ao terceiro ciclo de queda em um espaço de oito anos. É muita volatilidade e que prejudica o **planejamento empresarial**. O primeiro ciclo teve como principal fator a crise econômica internacional de 2008 e resultou na maior retração do setor na história. Logo a seguir, em 2012, o setor passou por mais um forte ajuste que levou a produção a cair **-10%**. A recuperação seguinte foi de pequena duração e levou a indústria de pneumáticos a uma nova recessão, desta vez com a produção caindo **-9,5%**. Como pode ser visto no gráfico, os sinais de recuperação já são nítidos e, em 12 meses, a produção de pneumáticos já mostra uma queda menor do que no início do ano.

Uma parte desse movimento pode ser explicada pelo baixo nível de estoques no setor. Como a queda da produção de veículos foi muito intensa, a demanda por pneumáticos caiu de forma acentuada, forçando as indústrias a se



ajustarem a um novo patamar que, por hora, é considerado ótimo. Sendo assim, o que se nota agora com a recuperação da produção é mais relacionado ao processo de reposição do que propriamente aumento da capacidade. Na medida em que a indústria de veículos comecem a reagir com a queda dos juros e dos custos de financiamento, a menor

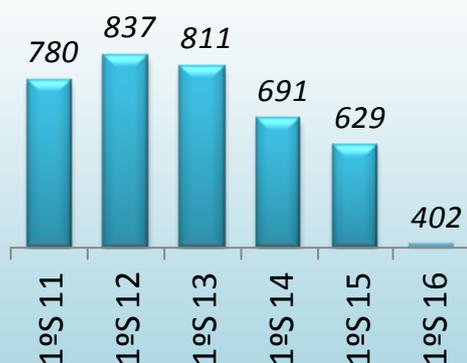
inadimplência, queda da inflação e melhora do mercado de trabalho, será possível notar resultados melhores para a **produção de pneumáticos**. O ponto é que esse cenário está previsto para acontecer apenas em meados de 2017 e, até lá, iremos assistir uma produção estabilizada no segmento.

No caso da indústria de borracha, que contempla não apenas a produção de pneumáticos, mas também de matéria-prima e artefatos de borracha o cenário é bem parecido. Foram três ciclos de queda em um espaço de oito anos sendo que o atual é mais intenso para o setor agregado do que para a indústria de pneumáticos. Isso significa que a produção de artefatos e de matéria-prima sofreu mais fortemente a atual recessão. O que ajuda a explicar esse movimento é a queda mais forte em outros setores que demandam esses itens como, por exemplo, a construção civil e a indústria de máquinas e equipamentos.

A Utilização da Capacidade Instalada no setor de borracha, um indicador cíclico importante, já **sinaliza estabilidade**. O resultado de agosto ficou em 62%, ainda ligeiramente abaixo do verificado para o mesmo mês em 2015, mas com tendência de alta.

Exportações - Pneumáticos

(US\$ milhões - ac. 1º semestre)



Fonte: Secex

No caso do setor externo o que se viu nesse primeiro semestre foi uma queda generalizada em todas as subcategorias de produtos exportados. Por exemplo, as exportações de Pneumáticos, foram de US\$ 402 milhões entre janeiro e junho de 2016 contra US\$ 629 milhões para o mesmo período de 2015, uma queda de 36% sobre o mesmo período do

ano de 2015 resultando em US\$ 228 milhões a menos.

Vale destacar que, nesse mesmo período, **a taxa de câmbio** teve uma desvalorização nominal média de 25%. No início de 2015 o câmbio estava em 2,6 e terminou o semestre cotado a 3,11 (valores médios de cada mês). Esse movimento foi contrário no ano de 2016 onde, em janeiro, o câmbio estava em 4,05 e, em junho do mesmo ano, estava cotado em 3,42. Apesar dessa valorização média no primeiro semestre do ano, o fato é que a cotação estava muito mais valorizada no início de 2015, resultando em um cenário onde o câmbio médio do primeiro semestre de 2016 estava 25% mais desvalorizado que o câmbio médio do primeiro semestre de 2015.

Como pode ser visto, mesmo com crescimento mundial e câmbio mais desvalorizado as exportações de pneumáticos se reduziram de forma sistemática. Quando feita a conversão das exportações em dólares para reais e descontada a evolução da inflação podemos ver que as exportações tiveram

uma queda menos acentuada, de apenas 25%. Ou seja, o faturamento em reais passou de R\$ 2 bilhões no primeiro semestre de 2015 para R\$ 1,5 bilhão



no mesmo período de 2016, resultando em **queda do faturamento** em reais para as empresas do segmento da ordem de R\$ 505 milhões.

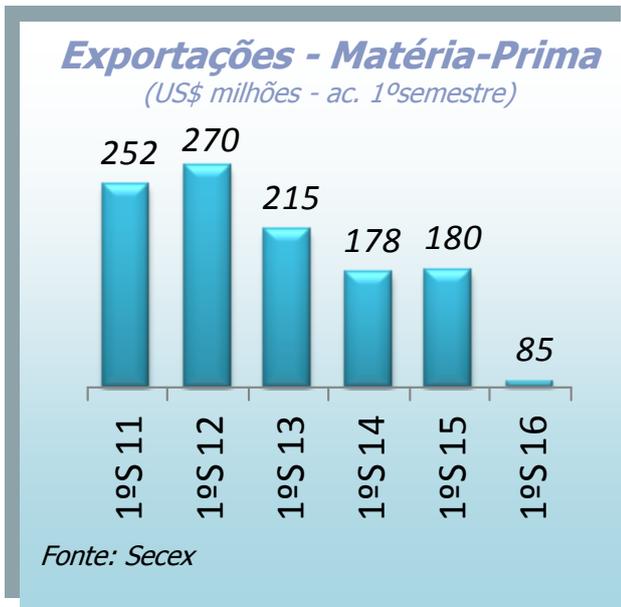
Cenário idêntico pode ser verificado no comportamento das exportações de Artefatos de borracha. No primeiro semestre de 2015 o segmento exportou US\$ 130 milhões e, no mesmo

período de 2016 essas exportações caíram para US\$ 73 milhões. A queda de 43% resultou em redução de US\$ 57 milhões nas exportações de artefatos.

Quando convertido em reais pelo câmbio médio do mês e descontando os efeitos da inflação (IPCA), os valores são mais amenos. Isso porque, como salientado anteriormente, a cotação média do câmbio ficou desvalorizada em 25%. Nesse caso, as exportações passaram de R\$ 431 milhões para R\$ 275 milhões, representando uma queda de 36% e um faturamento menor com exportações de artefatos em R\$ 156 milhões.

O terceiro segmento analisado são as exportações de matéria-prima. Essas apresentaram a maior queda percentual, de 52% entre os seis primeiros meses de 2015 e o mesmo período de 2016. Como pode ser visto no gráfico, em valores, essas exportações passaram de US\$ 180 milhões para apenas US\$ 85 milhões. Quando convertido pela taxa de câmbio média e descontados os efeitos da inflação, as exportações passaram de R\$ 597 milhões para R\$ 319 milhões, uma queda de 46% representando uma perda de faturamento da ordem de R\$ 278 milhões.

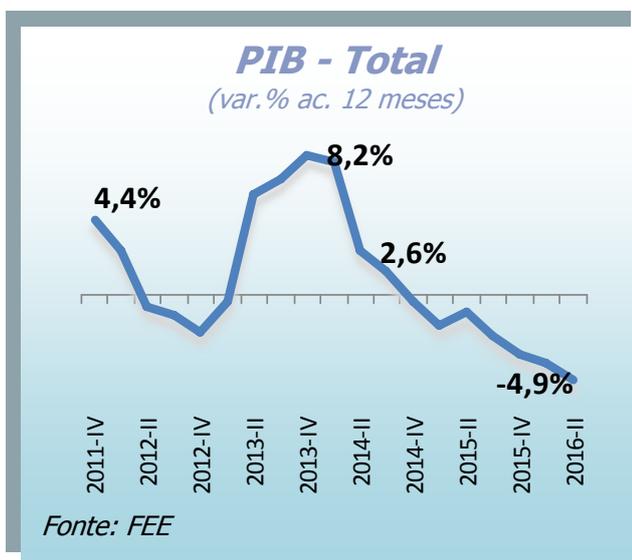
No **total as exportações do setor de borracha** do Brasil apresentaram queda de 40% entre o primeiro semestre de 2015 e o mesmo período de 2016, passando de US\$ 940 milhões para US\$ 560 milhões. Quando medida em reais essa retração foi menos intensa, com queda de 30%, passando de R\$ 3 bilhões para R\$ 2,1 bilhões. Vale destacar que um dos parceiros mais importantes do Brasil nas exportações de Borracha, a Argentina, esteve em crise econômica durante boa parte do período aqui analisado, e isso contribuiu para a retração das vendas externas. O interessante é que, nesse primeiro semestre do ano, a quantidade exportada até cresceu 9% sobre o mesmo período de 2015, mas por outro lado, os preços das exportações tiveram queda de 12,8%.



Em termos de perspectiva do segmento exportador podemos esperar uma recuperação para o restante do ano, a despeito de uma taxa de câmbio que continua a se valorizar. Isso porque a taxa de crescimento de importantes **parceiros comerciais do Brasil**, como a Argentina e os EUA, além de outros com menor peso e que estão na América Latina, como Chile, México e Colômbia, devem apresentar ligeira melhora nesse período.

O RIO GRANDE DO SUL EM 2016

Tal como ocorrido no cenário nacional o desempenho da economia gaúcha foi recessivo nos últimos dois anos. Em parte esse resultado se deve a desaceleração da atividade econômica ocorrida em importantes indústrias nacionais que são demandantes de produtos gaúchos, em especial no segmento metal-mecânico e produtos como borracha e plástico. **A queda da demanda** por bens de consumo duráveis, como automóveis impactou a



indústria local diretamente e indiretamente, na medida que também houve queda no fornecimento de peças e demais insumos, como aço, para o setor. Da mesma forma, o aumento da incerteza com o rumo da economia em um cenário político conturbado, reduziu os investimentos e, com eles, a demanda por bens de capital. Esse relacionado tanto a máquinas e equipamentos para a indústria, veículos de transporte de carga, caminhões, ônibus e toda a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas.

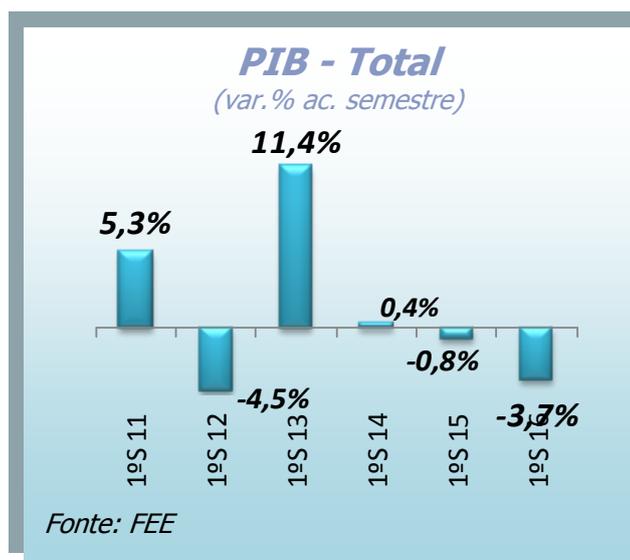
Outra importante fonte de impacto negativo nesse cenário foi a perda de **dinâmica nas exportações**, mesmo diante de um quadro de câmbio mais desvalorizado, verificado desde 2014. Isso porque os maiores mercados para os produtos gaúchos enfrentaram dificuldades nos últimos anos, como a Argentina e outros parceiros comerciais da América Latina.

Nesse sentido, a queda da atividade econômica agregada no Estado chegou aos 4,9% em doze meses terminados em junho. Mas, é possível ver que o processo de desaceleração ocorre desde meados de 2014. Ou seja, a

tendência de redução da dinâmica da economia local já era nítida e o agravamento da crise nacional apenas potencializou esse resultado.

Na abertura da **composição do PIB**, em 12 meses, é possível ver que a queda foi generalizada. A agropecuária apresenta uma retração de -2,7%, a indústria total de -8,4%, com destaque para a queda 11,1% na indústria de transformação, o setor de serviços caiu 2,8%, puxado, em especial, pela retração recorde de 10,2% nas vendas do comércio. Esses componentes do Valor Adicionado, no agregado, tiveram queda de 4,4% nos últimos 12 meses terminados em junho de 2016. Em um cenário negativo como esse era inevitável uma retração nos impostos. De fato, esses tiveram queda de 8,3% na mesma base de comparação, e contribuíram para deteriorar ainda mais a já combalida situação financeira no qual se encontra as contas do Setor Público depois de anos de descaso.

A análise de curto prazo, que considera apenas o desempenho do primeiro semestre do ano, revela um PIB com queda de 3,7%, a segunda mais intensa depois de 2012, ano em que o Estado teve uma **forte seca** e que afetou toda a economia local.



Nesse início de ano a retração ocorreu em todas as atividades produtivas, tendo sido mais intensa na indústria extrativa, com queda de 8,8%, no comércio, com retração de 7,5% e na indústria de transformação com 6,4% de queda. Como pode ser visto no gráfico, é o terceiro início de ano consecutivo que a indústria do Rio Grande do Sul inicia com retração. O ponto interessante é que a queda desse início de ano foi mais intensa do que a



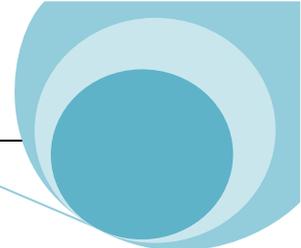
verificada no mesmo período de 2012, ano em que o Estado teve uma seca intensa. A queda do emprego industrial e a crise fiscal impuseram no mercado de trabalho do Estado um cenário bastante negativo. Nesse caso, era natural esperar uma forte retração das vendas do comércio.

Se de um lado há o impacto negativo do cenário nacional sobre o desempenho da economia local, por outro há elementos que são **intrínsecos da economia gaúcha**. O mais evidente é o estrangulamento das finanças do Estado, que já ocorre há vários anos, e que tem limitado investimentos públicos em áreas consideradas importantes para gerar competitividade local, como a infraestrutura de transporte⁵. Vale ressaltar que, a despeito desse desequilíbrio, essa dificuldade poderia ser superada com Governos mais simpáticos ao investimento privado. Nesse caso, bastasse vender as empresas estatais e permitir um amplo programa de concessões de serviços públicos para gestão privada.

Como essa ação não ocorre há muitos anos no Estado, a carência de investimentos, seja público ou privado, acaba por gerar um ambiente de baixa confiança na dinâmica da economia local. Além disso, com o constante desequilíbrio das contas públicas, o Governo se vê inoperante para implementar uma política fiscal com foco na redução das desigualdades de competitividade com outros Estados.

A perspectiva de curto prazo para o Estado é de uma recuperação mais lenta e menos intensa do que a prevista para o cenário nacional. Isso porque o Governo Federal possui mais elementos de política monetária e fiscal que facilitam a saída da crise. A melhora de confiança no ambiente nacional gera um componente positivo para a retomada dos investimentos. Porém, com

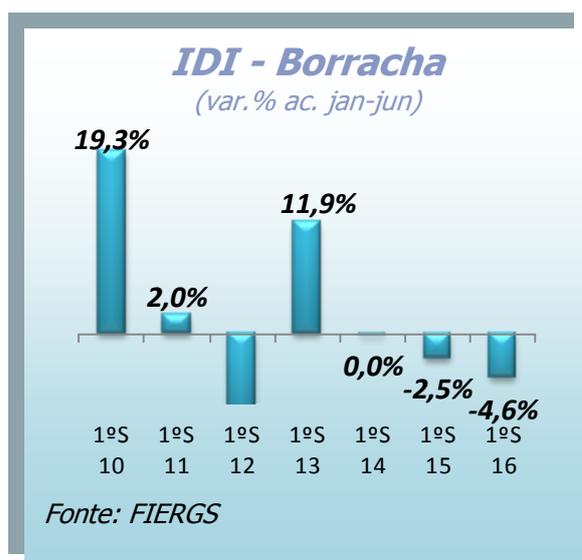
⁵ Esse cenário fica ainda mais complicado na medida em que um dos mais importantes bancos públicos do Rio Grande do Sul sofreu perdas significativas com inadimplência no ano de 2016, o que sepultou sua capacidade de alavancar novos investimentos privados. Esse é um exemplo de como o descaso com a gestão de instituições públicas, nesse caso a incorreta avaliação de risco de crédito, pode prejudicar uma economia.



a elevada ociosidade, é natural imaginar que essa recuperação tenha curso apenas em meados de 2017, beneficiando a indústria gaúcha. Tal perspectiva também considera o início do ciclo de corte dos juros, importante para reduzir o custo dos investimentos. As previsões no campo fiscal são de continuidade do desequilíbrio pelos próximos anos, e que pode ser agravado com o fim do aumento das alíquotas, promovido ainda no **primeiro ano de Governo**. No campo externo o ponto positivo é a recuperação da economia da Argentina e demais parceiros comerciais do Estado. Mas essa pode não compensar a valorização da taxa de câmbio, prejudicando a rentabilidade de indústrias importantes no setor exportador, como a de calçados, móveis, fumo e de produtos básicos, como soja.

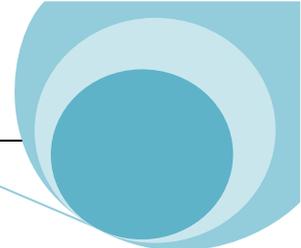
O Setor de Borracha no Rio Grande do Sul

Todos os indicadores relativos ao desempenho do segmento de borracha do Rio Grande do Sul tiveram desempenho negativo nesse início de ano. No agregado, medido pelo IDI - Índice de Desempenho Industrial da FIERGS, a

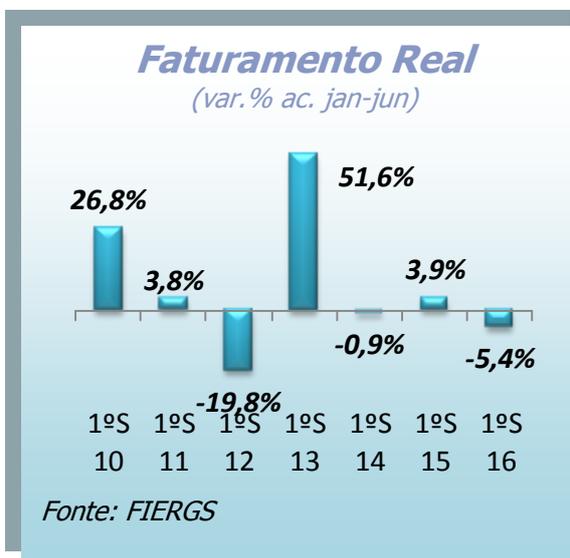


queda foi de 4,6%, como pode ser visto no gráfico. Esse resultado seguiu tanto o desempenho nacional, que mostrou queda da produção, quanto do total da indústria do Estado, que teve queda de 6,7% nos primeiros seis meses do ano.

O indicador agregado é composto por diversas outras variáveis e serve como diagnóstico do comportamento da indústria. Uma das variáveis com maior importância em sua composição é o **faturamento**. Esse



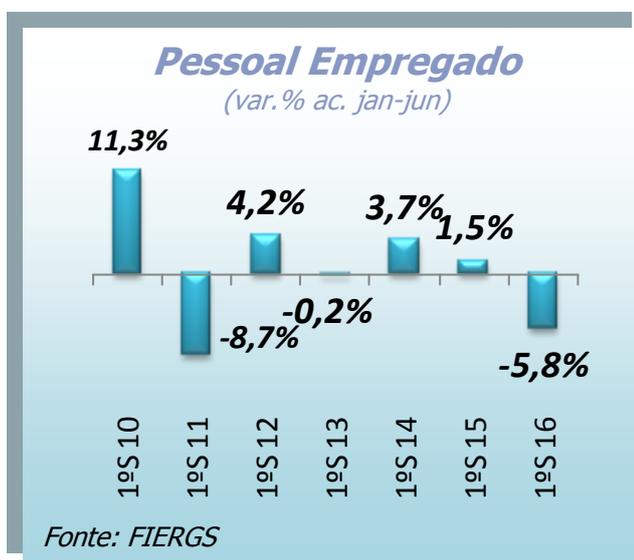
teve queda de 5,4% para o setor de borracha nesse primeiro semestre, e se constitui no pior início de ano desde 2012, quando o Estado sofreu o revés de uma forte seca. Esse resultado não é isolado dentro da indústria do Rio Grande



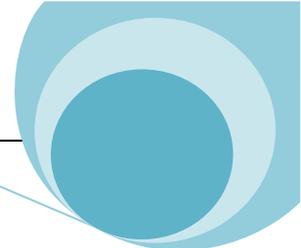
do Sul, onde o faturamento teve queda de 10%, puxado principalmente pelo mal desempenho da indústria metal-mecânica. Junto com o cenário negativo para a indústria nas vendas, seja para o mercado interno ou então para o mercado externo, veio a piora dos indicadores **do mercado de trabalho**. O emprego teve retração

de 5,8% nesses primeiros seis meses do ano e é a segunda maior retração desde o início de 2011. Vale destacar que, tal como ocorrido no indicador de faturamento, os dados de emprego do setor estão em linha com o verificado para a indústria agregada do Rio Grande do Sul, que teve uma queda de 9% no emprego nesse mesmo período.

Dada a condição de um mercado de trabalho extremamente rígido no Brasil, onde é caro para as indústrias contratarem e demitirem, o resultado desse primeiro



semestre revela a dimensão da **crise que atingiu o setor**. Como forma de ilustrar essa diferença, basta olhar o comportamento das horas trabalhadas, que tiveram uma queda de 7% para o mesmo período. Ou seja, antes de iniciarem o processo de demissão, as empresas optam por reduzirem as horas



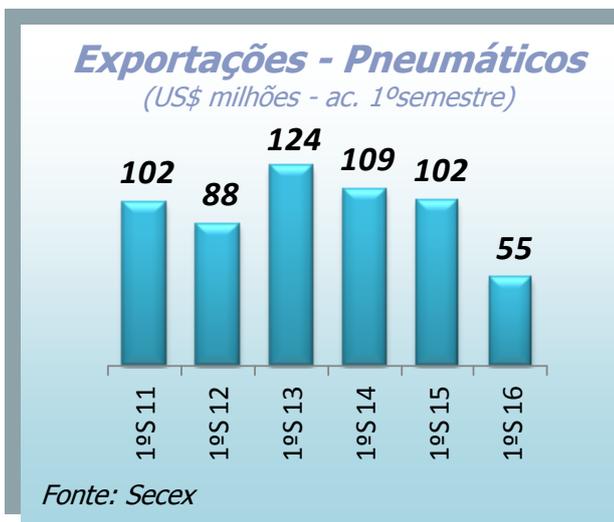
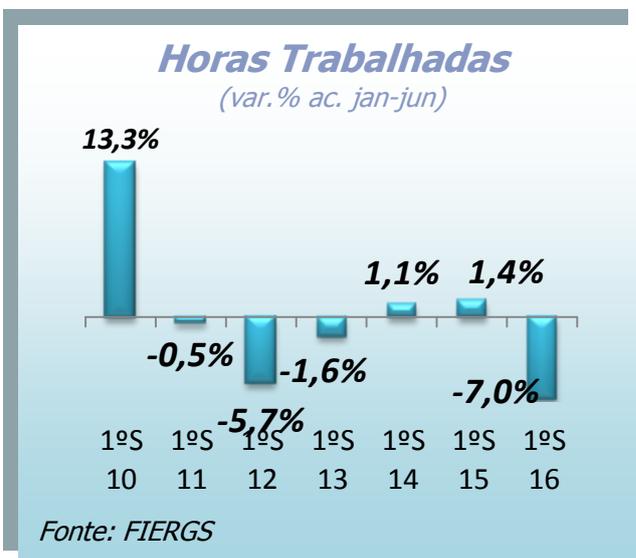
trabalhadas, com menor custo, reservando a demissão para um momento onde

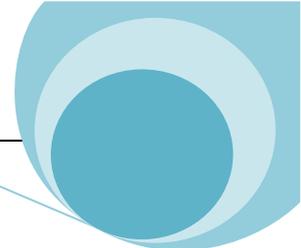
não é mais possível prever uma mudança do cenário. Em uma análise de mais longo prazo, considerando a variação em 12 meses terminados em junho, podemos ver que as horas trabalhadas já ensaiam uma reação, ao passo que o indicador de emprego continua a piorar. Sendo assim, na medida em que a atividade econômica venha a

retomar a partir do último trimestre de 2016, é natural esperar que os indicadores de mercado de trabalho, como o nível de emprego, demore para apresentar uma resposta.

Os dados de setor externo da indústria de borracha do Rio Grande do Sul seguiram o cenário negativo que atingiu o setor no contexto nacional. Como vimos na seção sobre o Brasil, as exportações tiveram queda em todas as aberturas. No caso do Rio Grande do Sul essa foi bastante intensa, com destaque para o segmento de pneumáticos. Em relação ao primeiro semestre de

2015 a queda foi de 46% restando uma retração de US\$ 48 milhões e colocando as exportações de pneumáticos no **menor patamar histórico**.





Quando convertido em reais pela taxa de câmbio média e descontado os efeitos inflacionários (IPCA), essa retração se mostrou menos intensa, de 39%, mas em termos de **faturamento com as exportações** foi uma queda de R\$ 135 milhões. O segmento de matéria-prima também teve forte retração das



exportações, que passaram de US\$ 65 milhões no acumulado do primeiro semestre de 2015 para apenas US\$ 34 milhões no primeiro semestre de 2016. A queda de 47%, representando um faturamento menor de US\$ 30 milhões com as exportações, foi a mais intensa já verificada para o segmento. Quando comparado em Reais pela taxa de

câmbio média de cada mês e descontando os efeitos da inflação, as exportações de matéria-prima no primeiro semestre ficaram em R\$ 129 milhões, uma queda de 40% sobre o mesmo período de 2015.

Por fim temos as exportações de artefatos de borracha que também tiveram queda no período aqui analisado, de 42%, em torno de US\$ 2 milhões, colocando o total no menor patamar da história. Em reais, seguindo o mesmo cálculo anterior, com câmbio médio e **inflação medida pelo IPCA**, as exportações de artefatos atingiram R\$ 10 milhões, queda de 35% sobre o mesmo resultado do primeiro semestre de 2015.

No total, somando as exportações de artefatos, matéria-prima e pneumáticos, o setor de borracha exportou, nesse primeiro semestre de 2016, US\$ 92 milhões, cerca de 46% a menos do que o valor exportado no mesmo período de 2015. Em reais, o primeiro semestre terminou com exportações de R\$ 348 milhões, representando uma retração de 40% sobre o mesmo período de 2015. A queda de R\$ 228 no faturamento do setor com exportações foi, sem

dúvida, um elemento importante para potencializar os impactos negativos da crise nacional.

A perspectiva do cenário nacional é de uma **ligeira retomada** a partir do segundo semestre, na esteira de um arrefecimento da inflação, início do ciclo de queda dos juros e melhora da confiança na economia. Porém, como a crise foi muito intensa e a herança fiscal será de difícil solução, o processo de recuperação será lento e deve atingir o mercado de trabalho apenas em meados de 2017.

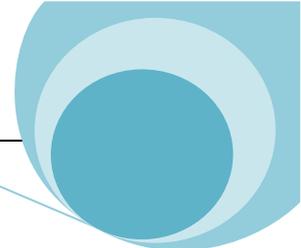
No caso do Rio Grande do Sul a crise fiscal deve seguir para além do ano de 2017, podendo se agravar com o **fim da majoração das alíquotas** promovido no início do Governo. Além disso, há a rigidez de gastos e o fato de que a arrecadação deve ter ligeira

recuperação. Isso porque a economia do Rio Grande do Sul ainda deve seguir fraca pelos próximos meses e a crise deve se estender para além do que se desenha no cenário nacional.

Há dois fatores importantes a serem considerados aqui. O primeiro deles diz respeito a um fator exógeno e que é cíclica no Estado, a incidência de seca. A última ocorreu em 2012, devendo completar quatro anos ainda no final de 2016. Os dados sinalizam que a incidência dessa intempérie é em fases de seis a sete anos. Dessa forma, a **recuperação econômica do Estado** pode ser interrompida com uma surpresa negativa vinda de uma seca para ocorrer entre 2016 e 2017.

O segundo elemento a considerar é o setor externo. Durante os últimos anos tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul e também para o





setor de borracha, o que se viu foi uma forte **retração das exportações**. Em alguns casos esse foi certamente um problema de desempenho econômico dos principais parceiros comerciais como a Argentina e outros da América Latina, ainda envolvidos com políticas econômicas heterodoxas que apenas prejudicaram suas performances. Em outros casos o impacto maior veio da redução do preço das exportações, e que afetou tanto produtos básicos quanto manufaturados.

Em termos de **perspectiva de taxa de crescimento**, o FMI projeta que a economia mundial tenha crescimento de 3,1% no ano de 2016 e de 3,4% em 2017. No caso da América Latina a previsão é que a mesma saia de uma recessão de -0,6% em 2016 para um ligeiro crescimento de 1,6% em 2017. Nesse caso, destaque para o Brasil que deve encerrar seu processo recessivo.

As previsões para o Rio Grande do Sul são mantidas no terreno negativo para o ano corrente, experimentando o mesmo uma pequena recuperação em relação ao ocorrido no primeiro semestre.